

Tratado do Alto-Mar

Brasil engajado na proteção da biodiversidade oceânica



Foto: CF (T) Borba / SECIRM

A Marinha do Brasil, por meio da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), integrou a delegação brasileira na 2ª Reunião Preparatória para a Conferência das Partes (PrepCom) do Acordo BBNJ – sigla em inglês para *Marine Biological Diversity of Areas Beyond National Jurisdiction*, conhecida como Tratado do Alto-Mar.

O encontro foi realizado em Nova Iorque, entre os dias 18 e 29 de agosto de 2025, reunindo representantes de diversos países para debater a futura implementação do acordo. Finalizado em 2023, o Acordo BBNJ está sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU) e representa um marco internacional para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade marinha em áreas além da jurisdição nacional.

De caráter juridicamente vinculante, o tratado estabelece regras para atividades no alto-mar e nos fundos marinhos internacionais, abrangendo desde a coleta e uso de recursos genéticos marinhos e seu sequenciamento digital até a criação de áreas marinhas protegidas, avaliações de impacto ambiental, capacitação técnica e transferência de tecnologias. Sua aplicação contribuirá para a preservação dos oceanos, o avanço científico e a repartição justa de benefícios, especialmente para países em desenvolvimento, sempre respeitando a soberania dos Estados e as competências de organismos regionais e setoriais.

No dia 19 de setembro de 2025, ocorreu a 60ª ratificação por um Estado membro, atingindo o

número mínimo necessário para a ativação do acordo. A partir dessa data, inicia-se o prazo de 120 dias para que a ONU oficialize sua entrada em vigor. Após a oficialização, começa a contar o período de 360 dias para a realização da primeira Conferência das Partes (COP). Vale destacar que apenas os países que concluírem o processo de

ratificação terão direito a voto nas futuras COP do BBNJ, embora outros ainda estejam em fase de adesão.

O Brasil assinou o tratado em 2023 e seu processo de ratificação foi aprovado no Congresso Nacional. A tramitação segue agora para sanção presidencial.



Foto: CF (T) Borba / SECIRM

Barbara Sachett, USP; CF (T) Borba, SECIRM; Carina Oliveira, UNB; Julia Veiga, Univ. of Edinburgh; Diogenes Lemainski, MPA; Barbara Perrenoud, MRE e Matheus Bastos, MRE.